



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING ELETRÔNICO

19/10/2010

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. CÂMARA CÍVEL.....	1
1.2. DESEMBARGADORES.....	2
2. JORNAL ATOS E FATOS	
2.1. CÂMARA CÍVEL.....	3 - 4
2.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	5 - 6
2.3. VARA CRIMINAL.....	7 - 9
3. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
3.1. COMARCAS.....	10 - 11
3.2. CÂMARA CÍVEL.....	12
3.3. VARA CRIMINAL.....	13 - 14
4. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
4.1. COMARCAS.....	15 - 16
4.2. PROJETO JUSTIÇA NA ESCOLA.....	17
4.3. SERVIDORES.....	18
5. JORNAL EXTRA	
5.1. CÂMARA CÍVEL.....	19 - 20
6. JORNAL O DEBATE	
6.1. VARA CRIMINAL.....	21 - 23
7. JORNAL PEQUENO	
7.1. CARTÓRIOS.....	24 - 28
7.2. COMARCAS.....	29
7.3. CÂMARA CÍVEL.....	30
8. JORNAL TRIBUNA DO NORDESTE	
8.1. CÂMARA CÍVEL.....	31
8.2. JUIZADOS ESPECIAIS.....	32
8.3. VARA CRIMINAL.....	33

Poder público é condenado a pagar indenização de R\$ 50 mil a paciente por infecção hospitalar

O Governo do Estado do Maranhão e a Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar (Pró-Saúde) foram condenados a pagar a Aline Amália Cantanhede Almeida o valor de R\$ 50 mil a título de indenização por perdas e danos sofridos após infecção generalizada em decorrência de parto cesariana realizado na Maternidade Marly Sarney. O procedimento levou a paciente a perder o umbigo e o útero e ainda ficar estéril.

A condenação, sentenciada pelo juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública, foi mantida, unanimemente, durante sessão extraordinária da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, nesta segunda-feira, 18.

O desembargador Cleones Cunha, relator do recurso, assim como o magistrado de 1º grau, entendeu que o hospital deve responder objetivamente

pela ocorrência de infecção hospitalar, uma vez que a mesma foi proveniente da internação. A jurisprudência é a mesma já aplicada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

“O valor de R\$ 50 mil é razoável para reparar os danos e serve de instrumento pedagógico ao Estado para que treine e oriente melhor os seus agentes, de maneira a evitar ocorrências semelhantes”, destacou em seu voto Cunha.

CESARIANA - Em fevereiro de 2000, Amália foi internada na Maternidade Marly Sarney para se submeter a uma cesariana. Após três dias da realização da cirurgia, apresentou quadro de infecção generalizada, tendo que ser internada em estado grave na UTI do Hospital Dutra, onde passou 45 dias ligada a aparelhos. Durante este período, a paciente fez hemodiálise, teve o umbigo e o útero retirados e ainda ficou estéril.



Posse... O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, deu posse à juíza Denise Pedrosa Torres, removida, a pedido, pelo critério de merecimento, da Comarca de São Vicente de Férrer, de entrância inicial, para a Comarca de Penalva, em decorrência da promoção da juíza Iris Danielle de Araujo Santos. Na oportunidade a juíza foi informada pelo Presidente da construção, brevemente, do salão de júri no Fórum de Penalva.

Estado condenado a indenizar paciente em R\$ 50 mil

PÁGINA 4 -----

Poder público é condenado a pagar indenização de R\$ 50 mil a paciente por infecção hospitalar

O Governo do Estado do Maranhão e a Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar (Pró-Saúde) foram condenados a pagar a Aline Amália Cantanhede Almeida o valor de R\$ 50 mil a título de indenização por perdas e danos sofridos após infecção generalizada em decorrência de parto cesariana realizado na Maternidade Marly Sarney. O procedimento levou a paciente a perder o umbigo e o útero e ainda ficar estéril.

A condenação, sentenciada pelo juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública, foi mantida, unanimemente, durante sessão extraordinária da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, ontem, 18.

O desembargador Cleones Cunha, relator do recurso, as-

sim como o magistrado de 1º grau, entendeu que o hospital deve responder objetivamente pela ocorrência de infecção hospitalar, uma vez que a mesma foi proveniente da internação. A jurisprudência é a mesma já aplicada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

"O valor de R\$ 50 mil é razoável para reparar os danos e serve de instrumento pedagógico ao Estado para que treine e oriente melhor os seus agentes, de maneira a evitar ocorrências semelhantes", destacou em seu voto Cunha.

CESARIANA - Em fevereiro de 2000, Amália foi internada na Maternidade Marly Sarney para se submeter a uma cesariana. Após três dias da realização da cirurgia, apresentou quadro de infecção generalizada, tendo

que ser internada em estado grave na UTI do Hospital Dutra, onde passou 45 dias ligada a aparelhos. Durante este período, a paciente fez hemodiálise, teve o umbigo e o útero retirados e ainda ficou estéril.

Um processo administrativo disciplinar foi instaurado à época para averiguar as responsabilidades. Neste, ficaram constatados o erro médico e a negligência, o que provocou os abalos moral e físico à paciente.

Corregedoria e OAB discutem melhorias para Juizados Especiais

PÁGINA 2

Corregedoria e OAB discutem melhorias para Juizados Especiais

A coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, juíza Francisca Galiza, recebeu na Corregedoria Geral da Justiça integrantes da Comissão de Acompanhamento de Juizados Especiais (CAJE) da OAB-MA. Na pauta, a visita que os advogados fizeram a juizados da capital.

Um dos assuntos em destaque foi a reforma do 4º Juizado Especial Cível, que fica no CSU da Cohab. Os advogados Willington Marcos Ferreira e Cristiane Gonçalves Versiani falaram sobre as dificuldades encontradas naquele juizado, que passa por reforma completa

na sua estrutura.

A visita da CAJE ao juizado da Cohab foi acompanhada pelo secretário judicial Sérgio Bernardo Lima Neto, que destacou a necessidade de reforma nas instalações. Dessa forma, o atendimento foi remanejado para o auditório do prédio, de forma temporária.

De acordo com os advogados, no 13º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, no Maracanã, falta um oficial de justiça e mais funcionários, como também falta um oficial de justiça no 4º Juizado Cível e das Relações de Consumo, na Cohab. Nenhuma

reclamação foi feita quanto ao 1º Juizado Criminal, no Fórum do Calhau.

"Em resposta ao que observou a comissão da OAB, e no sentido de melhorar a prestação jurisdicional como um todo, solicitamos o remanejamento de mais servidores para os juizados citados", disse a coordenadora Francisca Galiza.

Ela afirmou ainda que a reforma do 4º Juizado da Cohab será concluída até o final deste mês.

TARDE DE SANGUE**PM ENVOLVIDO NA MORTE DE BERTIM
MORRE CRIVADO DE BALAS EM S.LUÍS**

O ex-policia! militar Silvio César de Jesus Pinheiro, o Louro, 37 anos, foi assassinado a tiros na tarde do último domingo (17), no bairro do Coroadinho, com vários tiros. A polícia trabalha com a hipótese de queima de arquivo, pois a vítima estaria envolvida na morte do prefeito de Presidente Vargas, Raimundo Bartolomeu Aguiar, o Bertim. O crime aconteceu no dia 6 de março de 2007, entre os povoados Cigana e Leite, em Itapecuru-Mirim.

PÁGINA 10

 VINGANÇA

Ex-policial suspeito na morte do prefeito Bertim é assassinado

O ex-policial militar Silvio César de Jesus Pinheiro, 37 anos, foi assassinado a tiros ontem, domingo (17), no bairro do Coroadinho. Segundo informações de testemunhas, ele estava em um campo de futebol quando foi surpreendido, por volta das 14h, por dois homens em uma moto. Um deles disparou vários tiros contra o ex-policial, que morreu no local.

A polícia trabalha com a hipótese de queima de arquivo, pois a vítima estaria envolvida na morte do prefeito de Presidente Vargas, Raimundo Bartolomeu Aguiar, o Bertim. O crime aconteceu no dia 6 de março de 2007, por volta das 23h, na BR-222, entre os povoados Cigana e Leite, em Itapecuru-Mirim.

Silvio César foi citado no inquérito policial reaberto durante a gestão do secretário de Estado da Segurança, Raimundo Cutrim. O ex-policial, ainda, chegou a ser preso, mas foi liberado pela Justiça.

Silvio César morava na rua do Progresso, nº 15, no bairro do Coroadinho.

ENTENDA O CASO - Antônio de Jesus Sousa Gomes, o Louro, também, acusado de participar do assassinato do prefeito Bertim, foi preso e liberado no dia 27 de abril deste ano, por determinação do juiz Rômulo Lago, da 2ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim.

Durante depoimento à po-

lícia, Louro narrou detalhes do crime. Disse que no dia do crime dirigia o Gol branco, com o cabo Paulo Sérgio. O ex-policial Silvio Pinheiro, Flávio dos Santos Pereira e Carlos Eduardo seguiram o carro do então prefeito Raimundo Bartolomeu Aguiar desde o retorno do Tirirical até Entroncamento, que dá acesso a Itapecuru-Mirim.

Contou, ainda, que o prefeito estacionou o carro e desceu para fazer um lanche com Pedro Pote, tendo ele e os comparsas ficado à espera. Quando o prefeito seguiu viagem, foi novamente monitorado. Em determinado ponto, no povoado Leite, o bando acionou do carro os faróis e pediu ultrapassagem. Com os carros já emparelhados, o cabo Paulo Sérgio dos Santos começou a disparar, tendo o carro do prefeito perdido o controle.

O grupo desceu do carro e atirou novamente no prefeito, ferindo também o secretário. Segundo o depoimento de Louro, o cabo Paulo Sérgio foi quem deu o tiro que matou Bertim. O policial teria dito "fizemos os dois", referindo-se ao assassinato das vítimas. Após o crime, o Gol usado na execução foi deixado na Churrascaria Africanos.

Conforme o depoimento de Louro, a morte de Bertim teria custado R\$ 50 mil, valor a ser dividido entre cinco pessoas. O homem identificado

como Raimundo, segundo ele, que está foragido, seria o mandante do assassinato do prefeito. A motivação do crime seria uma dívida de Bertim com Raimundo.

QUEIMA DE ARQUIVO -

Das pessoas envolvidas no crime, três já morreram. Carlos Eduardo e o ex-policial Flávio dos Santos Pereira foram executados e desovados, respectivamente, nas praias de Panaquatira e Boa Viagem. Uma terceira pessoa, André Inácio dos Santos Pereira, primo de Flávio Pereira, que não teria participado do crime, mas teria conhecimento da trama, ainda chegou a prestar depoimento, mas morreu atropelado. A última vítima é o ex-policial Silvio César de Jesus Pinheiro. Ele foi assassinado, ontem, (17), no bairro do Coroadinho.

DENUNCIADOS - Na época do crime, foram denunciados pelo Ministério Público, por meio do promotor Benedito Coroba, como envolvidos no assassinato, os policiais militares José Evangelista Duarte Santos, Raimundo Nonato Gomes Salgado e Benedito Manoel Martins Serrão.

Pedro Pote, que sobreviveu, reconheceu os militares José Evangelista e Manoel Serrão como executores.



**Ex-PM Silvio César
de Jesus Pinheiro**

POLO IMPERATRIZ

Judiciário beneficia 16 comarcas

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, reuniu juízes de dezesseis comarcas do pólo judicial de Imperatriz ontem, segunda-feira, 18, para tratar do planejamento estratégico das ações do Poder Judiciário e apresentar os resultados dos investimentos feitos nas áreas administrativa, de informática e de recursos humanos naquelas unidades judiciais.

A reunião aconteceu no salão do júri do fórum da comarca-sede do polo, Imperatriz. Foram convidados para a reunião de trabalho juízes locais e das comarcas de Açailândia, Alto Parnaíba, Amarante, Arame, Balsas, Buriticupu, Carolina, Estreito, Grajaú, Itinga, João Lisboa, Montes Altos, Porto Franco, Senador La Roque e Tasso Fragoso.

Essas comarcas juntas foram responsáveis pela arrecadação de R\$ 4.957.282,30 de custas judiciais para o Fundo de Modernização e Recaparelamento do Poder Judiciário (FERJ) no ano passado. Os recursos são utilizados pelo TJMA para bancar os investimentos na melhoria das instalações prediais dos fóruns e na aquisição de equipamentos, móveis e materiais.

Na abertura dos trabalhos, o desembargador José Luiz

Almeida disse estar certo de que a iniciativa de promover encontros regionais para discutir a gestão com os juízes "trará excelentes dividendos para a Justiça estadual".

O presidente do TJMA apresentou números das ações. Informou aos juízes que as comarcas do polo foram beneficiadas com a nomeação de 98 novos servidores do total de 256 efetivados nas comarcas este ano. Para adquirir os bens e serviços necessários aos serviços forenses, foram iniciados 83 processos licitatórios tendo como objeto equipamentos e programas de informática, ar-condicionado; material de expediente, divisórias, móveis, veículos, construção e manutenção de unidades prediais.

O desembargador listou os materiais entregues aos juízes e servidores: de 65 computadores, 26 impressoras e 61 notebooks e 23 scanners para digitalização de documentos 54 estantes, 25 mesas, e aproximadamente 100 cadeiras.

Segundo Jamil Gedeon, diversas comarcas estão sendo contempladas com obras de reforma, adequação e construção de novas instalações. Já foram licitadas as obras de reforma dos fóruns de Amarante e Montes

Altos e construção do fórum de João Lisboa, todas em fase de conclusão. E iniciadas as licitações para a construção dos fóruns de Alto Parnaíba e conclusão das obras em Estreito e Carolina. Arame passa por serviços de manutenção predial e a licitação para a comarca de Buriticupu está marcada para o dia 25 de outubro.

A juíza auxiliar da presidência do TJMA, Sônia Amaral, destacou a importância do planejamento estratégico para o alcance das metas traçadas pelo Judiciário. Disse que o Tribunal, hoje, busca uma melhor organização na área administrativa para desempenhar com mais qualidade os seus serviços. "Para isso é preciso envolver os magistrados e a sociedade", enfatizou.

Para o juiz Adolfo Pires, diretor do fórum de Imperatriz, a reunião de trabalho é uma oportunidade de resolver as pendências existentes quanto ao cumprimento das metas de produtividade por parte dos juízes.



O desembargador Jamil Gedeon

DOENTE INFECTADO

Governo é condenado a pagar indenização

O Governo do Estado do Maranhão e a Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar (Pró-Saúde) foram condenados a pagar a Aline Amália Cantanhede Almeida o valor de R\$ 50 mil a título de indenização por perdas e danos sofridos após infecção generalizada em decorrência de parto cesariana realizado na Maternidade Marly Sarney. O procedimento levou a paciente a perder o umbigo e o útero e ainda ficar estéril.

A condenação, sentenciada pelo juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública, foi mantida, unanimemente, durante sessão extraordinária da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, nesta segunda-feira, 18.

O desembargador Cleones Cunha, relator do recurso, assim como o magistrado de 1º grau, entendeu que o hospital deve responder objetivamente pela ocorrência de infecção hospitalar, uma vez que a mesma foi proveniente da internação. A jurisprudência é a mesma já aplicada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

"O valor de R\$ 50 mil é razoável para reparar os danos e serve de instrumento pedagógico ao Estado para que treine e oriente melhor os seus agentes, de maneira a evitar ocorrências semelhantes", destacou em seu voto Cunha.

CESARIANA - Em fevereiro de 2000, Amália foi internada na Maternidade Marly Sarney para se submeter a uma cesariana. Após três dias da realização da cirurgia, apresentou quadro de infecção generalizada, tendo que ser internada em estado grave na UTI do Hospital Dutra, onde passou 45 dias ligada a aparelhos. Durante este período, a paciente fez hemodiálise, teve o umbigo e o útero retirados e ainda ficou estéril.

Um processo administrativo disciplinar foi instaurado à época para averiguar as responsabilidades. Neste, ficaram constatados o erro médico e a negligência, o que provocou os abalos moral e físico à paciente.



POLÍCIA**EX-POLICIAL SUSPEITO NA MORTE DE PREFEITO É MORTO**

O ex-policial militar Silvio César de Jesus Pinheiro, 37 anos, foi assassinado a tiros, domingo 17, no bairro do Coroadinho. Segundo informações de testemunhas, ele estava em um campo de futebol quando foi surpreendido, por volta das 14h, por dois homens em uma moto. Um deles disparou vários tiros contra o ex-policial, que morreu no local. **PAG. 08**

Ex-policial suspeito na morte de prefeito é morto

O ex-policial militar Silvío César de Jesus Pinheiro, 37 anos, foi assassinado a tiros, domingo 17, no bairro do Coroadinho. Segundo informações de testemunhas, ele estava em um campo de futebol quando foi surpreendido, por volta das 14h, por dois homens em uma moto. Um deles disparou vários tiros contra o ex-policial, que morreu no local.

Silvío César foi citado no inquérito policial reaberto durante a gestão do secretário de Estado da Segurança, Raimundo Cutrim. O ex-policial, ainda, chegou a ser preso, mas foi liberado pela Justiça. A polícia trabalha com a hipótese de queima de arquivo, pois a vítima estaria envolvida na morte do prefeito de Presidente Vargas, Raimundo Bartolomeu Aguiar, o Bertim. O crime aconteceu no dia 6 de março de 2007, por volta das 23h, na BR-222, entre os povoados Cigana e Leite, em Itapecuru-Mirim.

Antônio de Jesus Sousa Gomes, o Louro, também, acusado de participar do assassinato do prefeito Bertim, foi preso e liberado no dia 27 de abril deste ano, por determinação do juiz

Rômulo Lago, da 2ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim. Durante depoimento à polícia, Louro narrou detalhes do crime. Disse que no dia do crime dirigia o Gol branco, com o cabo Paulo Sérgio. O ex-policial Silvío Pinheiro, Flávio dos Santos Pereira e Carlos Eduardo seguiram o carro do então prefeito Raimundo Bartolomeu Aguiar desde o retorno do Tirirical até Entroncamento, que dá acesso a Itapecuru-Mirim.

Contou, ainda, que o prefeito estacionou o carro e desceu para fazer um lanche com Pedro Pote, tendo ele e os comparsas ficado à espera. Quando o prefeito seguiu viagem, foi novamente monitorado. Em determinado ponto, no povoado Leite, o bando acionou do carro os faróis e pediu ultrapassagem. Com os carros já emparelhados, o cabo Paulo Sérgio dos Santos começou a disparar, tendo o carro do prefeito perdido o controle.

O grupo desceu do carro e atirou novamente no prefeito, ferindo também o secretário. Segundo o depoimento de Louro, o cabo Paulo Sérgio foi quem deu o tiro que matou Bertim. O policial te-

ria dito "fizemos os dois", referindo-se ao assassinato das vítimas. Após o crime, o Gol usado na execução foi deixado na Churrascaria Africanos.

Conforme o depoimento de Louro, a morte de Bertim teria custado R\$ 50 mil, valor a ser dividido entre cinco pessoas. O homem identificado como Raimundo, segundo ele, que está foragido, seria o mandante do assassinato do prefeito. A motivação do crime seria uma dívida de Bertim com Raimundo.

Das pessoas envolvidas no crime, três já morreram. Carlos Eduardo e o ex-policial Flávio dos Santos Pereira foram executados e desovados, respectivamente, nas praias de Panaquatira e Boa Viagem. Uma terceira pessoa, André Inácio dos Santos Pereira, primo de Flávio Pereira, que não teria participado do crime, mas teria conhecimento da trama, ainda chegou a prestar depoimento, mas morreu atropelado. A última vítima era o ex-policial Silvío César de Jesus Pinheiro.



Jamil Gedeon apresenta prestação de contas do TJ em reunião

Ações do Judiciário vão beneficiar 16 comarcas do pólo de Imperatriz

Comarcas foram responsáveis pela arrecadação de R\$ 4.957.282,30 de custas para o Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário em 2009

IMPERATRIZ - O presidente do Tribunal de Justiça (TJ), desembargador Jamil Gedeon, reuniu juizes de 16 comarcas do pólo judicial de Imperatriz, ontem, para tratar do planejamento estratégico das ações do Poder Judiciário e apresentar os resultados dos investimentos feitos nas áreas administrativa, de informática e de recursos humanos naquelas unidades judiciais.

A reunião foi realizada no salão do júri do fórum de Imperatriz, comarca-sede do pólo. Foram convidados para a reunião de trabalho juizes locais e das comarcas de Açailândia, Alto Parnaíba, Amarante, Arame, Balsas, Buriticupu, Carolina, Estreito, Grajaú, Itinga, João Lisboa, Montes Altos, Porto Franco, Senador La Roque e Tasso Fragoso.

Essas comarcas juntas foram responsáveis pela arrecadação de R\$ 4.957.282,30 de custas judiciais para o Fundo de Modernização e Reaparelhamento do Poder Judiciário (FERJ) no ano passado. Os recursos são utilizados pelo Tribunal de Justiça para bancar os investimentos na melhoria das instalações prediais dos fóruns e na aquisição de equipamentos, móveis e material.

Na abertura dos trabalhos, o desembargador José Luiz Almeida disse estar certo de que a iniciativa de promover encontros regionais para discutir a gestão com os juizes "trará excelentes dividendos para a Justiça estadual".

Mais

Acompanharam a comitiva do Judiciário em Imperatriz a diretora-geral do Tribunal de Justiça do Maranhão, Alessandra Darub, e o assessor do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Ivan Bonifácio.

Ganhos - O presidente do TJ apresentou números das ações. Informou aos juizes que as comarcas do pólo foram beneficiadas com a nomeação de 98 servidores do total de 256 efetivados nas comarcas este ano.

Para adquirir os bens e serviços necessários aos serviços forenses, foram iniciados 83 processos licitatórios tendo como objeto equipamentos e programas de informática, ar-condicionados, material de expediente, divisórias, móveis, veículos, construção e manutenção de unidades prediais.

O desembargador listou o material entregue aos juizes e servidores: 65 computadores, 26 impressoras, 61 *no-breaks* e 23 *scanners* para digitalização de documentos, 54 estantes, 25 mesas e aproximadamente 100 cadeiras.

Segundo Jamil Gedeon, diversas comarcas estão sendo contempladas com obras de reforma, adequação e construção de instalações. Já foram licitadas as obras de reforma dos fóruns de Amarante e Montes Altos e construção do fórum de João Lisboa - todas em fase de conclusão - e iniciadas as licitações para a construção dos

fóruns de Alto Parnaíba e conclusão das obras em Estreito e Carolina. Arame passa por serviços de manutenção predial, e a licitação para a Comarca de Buriticupu está marcada para o dia 25 deste mês.

Planejamento - A juíza auxiliar da presidência do TJ, Sônia Amaral, destacou a importância do planejamento estratégico para o alcance das metas traçadas pelo Judiciário. Disse que o Tribunal, hoje, busca uma melhor organização na área administrativa para desempenhar com mais qualidade os seus serviços. "Para isso, é preciso envolver os magistrados e a sociedade", enfatizou.

Para o diretor do Fórum de Imperatriz, juiz Adolfo Pires, a reunião de trabalho é uma oportunidade de resolver as pendências existentes quanto ao cumprimento das metas de produtividade por parte dos juizes.

"A direção do Tribunal está aqui para ver do que precisamos para cumprir as nossas metas. Em razão disso, é preciso que tenhamos as condições necessárias, em termos de estrutura, equipamentos e pessoal", ressaltou o magistrado.

O diretor de Recursos Humanos, Aurino Luz, apresentou um estudo acerca de novos critérios para estruturação do quadro de servidores do Judiciário nas comarcas. A proposta leva em conta a realidade de cada unidade judicial: o número de processos iniciados e os julgados, o quadro de servidores, população, área geográfica, distância dos termos judiciais e o grau de litígio apresentado.

PROJETO

fotografia@mirante.com.br

Divulgação



IMPERATRIZ - Alunos da Escola Frei Tadeu, em Imperatriz, participaram do começo da execução do Projeto Comissários de Justiça na Escola. A iniciativa da Vara da Infância e Juventude teve início na sexta-feira (8) e visa incrementar o Projeto Justiça na Escola, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que estará promovendo até o dia 22 deste mês a Semana do Juiz na Escola, uma oportunidade para aproximar e incentivar ações articuladas entre instituições do Judiciário e da Educação.

Tribunal de Justiça decide por intervenção em Viana

Ação visa à demissão dos servidores que foram contratados sem concurso público

VIANA - O colegiado das Câmaras Cíveis Reunidas do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ) julgou procedente, na sexta-feira (15), representação para intervenção do Estado no município de Viana. A intervenção terá o objetivo específico de demitir servidores contratados irregularmente e não resultará em afastamento do prefeito do cargo. A decisão foi unânime, nos termos do voto do relator, desembargador Cleones Cunha, e de acordo com o entendimento da Procuradoria Geral de Justiça.

O Ministério Público (MP) moveu o pedido de intervenção pelo fato de o Município ter descumprido ordem da 1ª Vara da Comarca de Viana em ação de execução de Termo de Ajustamento de Conduta (TAC).

O acordo previa a nomeação de aprovados em concurso público e a demissão dos contratados sem concurso. O MP alega que o Município cumpriu parcialmente o acordo, pois não teria demitido os servidores irregulares, nem justificado a manutenção da suposta ilegalidade.

Sustenta que o gestor municipal, Rivalmar Gonçalves Moraes, ignorou a ordem judicial de juntada da documentação comprobatória de cumprimento das



Divulgação

O desembargador Cleones Cunha foi o relator do processo

obrigações assumidas no TAC e nem apresentou motivo, por escrito, da recusa ou impossibilidade de seu cumprimento.

O relator da representação anotou que o órgão ministerial propôs, em 2008, uma ação de execução contra o Município, visando ao cumprimento do TAC firmado entre ambos em novembro de 2006, nos itens referentes à nomeação dos candidatos aprovados em concurso público, bem como a de-

missão, até 31 de março de 2007, dos servidores irregulares.

Cleones Cunha observou que o juiz da 1ª Vara de Viana ordenou a citação do gestor para que, em 30 dias, cumprisse os termos do acordo, sob pena de multa. Relatou que o prefeito limitou-se a informar que realizou concurso para diversos cargos, nomeando vários aprovados, entretanto sem se referir à exoneração dos contratados irregularmente.

Pró-Saúde é condenada a pagar indenização de R\$ 50 mil

PÁGINA 4

PARTO COMPLICADO

Pró-Saúde é condenada a pagar indenização de R\$ 50 mil a paciente

O Governo do Estado do Maranhão e a Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar (Pró-Saúde) foram condenados a pagar à Aline Amália Cantanhede Almeida o valor de R\$ 50 mil a título de indenização por perdas e danos sofridos após infecção generalizada em decorrência de parto cesariana realizado na Maternidade Marly Sarney. O procedimento levou a paciente a perder o umbigo e o útero e ainda ficar estéril.

A condenação, sentenciada pelo juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública, foi mantida, unanimemente, durante sessão extraordinária da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, nesta segunda-feira, 18.

O desembargador Cleones Cunha, relator do recurso, assim como o magistrado de 1º grau, entendeu que o hospital deve responder objetivamente pela ocorrência de infecção hospitalar, uma vez que a mesma foi proveniente da internação. A jurisprudência é a mesma

já aplicada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

"O valor de R\$ 50 mil é razoável para reparar os danos e serve de instrumento pedagógico ao Estado para que treine e oriente melhor os seus agentes, de maneira a evitar ocorrências semelhantes", destacou em seu voto Cunha.

CESARIANA - Em fevereiro de 2000, Amália foi internada na Maternidade Marly Sarney para se submeter a uma cesariana. Após três dias da realização da cirurgia, apresentou quadro de infecção generalizada, tendo que ser internada em estado grave na UTI do Hospital Dutra, onde passou 45 dias ligada a aparelhos. Durante este período, a paciente fez hemodiálise, teve o umbigo e o útero retirados e ainda ficou estéril.

Um processo administrativo disciplinar foi instaurado à época para averiguar as responsabilidades. Neste, ficaram constatados o erro médico e a negligência, o que provocou os abalos moral e físico à paciente.

QUEIMA DE ARQUIVO?

Ex-policial suspeito na morte do prefeito Bertin é assassinado no Coroadinho

O ex-policial militar Silvio César de Jesus Pinheiro, 37 anos, foi assassinado a tiros ontem, domingo (17), no bairro do Coroadinho. Ele estava em um campo de futebol quando foi surpreendido, por volta das 14h, por dois homens em uma moto. **(Página 08)**

Ex-policial suspeito na morte de prefeito é assassinado

Silvio Pinheiro estava em campo de futebol quando foi surpreendido por dois homens em uma moto

O ex-policial militar Silvio César de Jesus Pinheiro, 37 anos, foi assassinado a tiros ontem, domingo (17), no bairro do Coroadinho. Segundo informações de testemunhas, ele estava em um campo de futebol quando foi surpreendido, por volta das 14h, por dois homens em uma moto. Um deles disparou vários tiros contra o ex-policial, que morreu no local.

A polícia trabalha com a hipótese de queima de arquivo, pois a vítima estaria envolvida na morte do prefeito de Presidente Vargas, Raimundo Bartolomeu Aguiar, o Bertim. O crime aconteceu no dia 6 de março de 2007, por volta das 23h, na BR-222, entre os povoados Cigana e Leite, em Itapecuru-Mirim.

Silvio César foi citado no

inquérito policial reaberto durante a gestão do secretário de Estado da Segurança, Raimundo Cutrim. O ex-policial, ainda, chegou a ser preso, mas foi liberado pela Justiça.

Silvio César morava na rua do Progresso, nº 15, no bairro do Coroadinho.

Entenda o caso - Antônio de Jesus Sousa Gomes, o Louro, também, acusado de participar do assassinato do prefeito Bertim, foi preso e liberado no dia 27 de abril deste ano, por determinação do juiz Rômulo Lago, da 2ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim.

Durante depoimento à polícia, Louro narrou detalhes do crime. Disse que no dia do crime dirigia o Gol branco, com o cabo Paulo Sérgio. O ex-policial Silvio Pinheiro, Flávio dos Santos Pereira e Carlos Eduardo

seguiram o carro do então prefeito Raimundo Bartolomeu Aguiar desde o retorno do Tirirical até Entroncamento, que dá acesso a Itapecuru-Mirim.

Contou, ainda, que o prefeito estacionou o carro e desceu para fazer um lanche com Pedro Pote, tendo ele e os comparsas ficado à espera. Quando o prefeito seguiu viagem, foi novamente monitorado. Em determinado ponto, no povoado Leite, o bando acionou do carro os faróis e pediu ultrapassagem. Com os carros já emparelhados, o cabo Paulo Sérgio dos Santos começou a disparar, tendo o carro do prefeito perdido o controle.

O grupo desceu do carro e atirou novamente no prefeito, ferindo também o secretário. Segundo o depoimento de Louro, o cabo Paulo Sérgio foi quem deu o tiro que matou Bertim. O policial teria dito "fizemos os dois", referindo-se ao assassinato das vítimas. Após o crime, o Gol usado na execução foi deixado na Churrasca-

ria Africanos.

Conforme o depoimento de Louro, a morte de Bertim teria custado R\$ 50 mil, valor a ser dividido entre cinco pessoas. O homem identificado como Raimundo, segundo ele, que está foragido, seria o mandante do assassinato do prefeito. A motivação do crime seria uma dívida de Bertim com Raimundo.

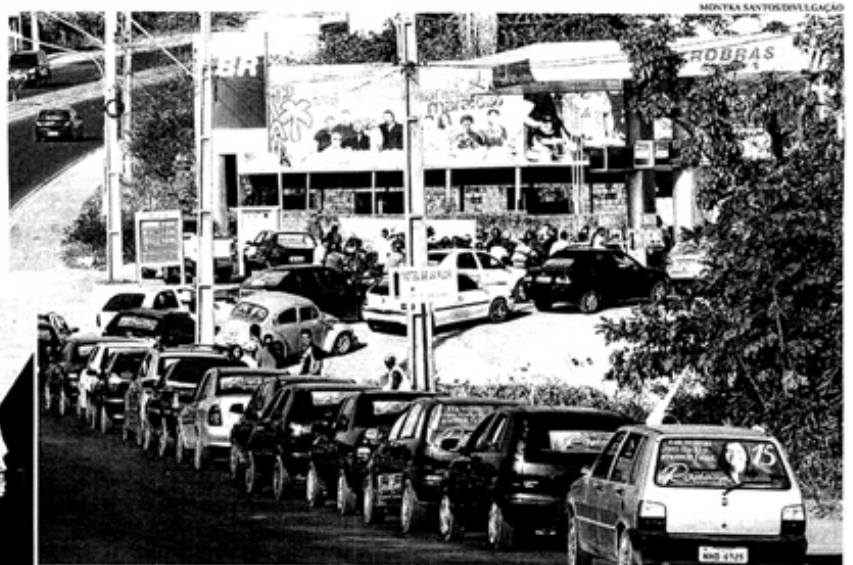
Queima de Arquivo - Das pessoas envolvidas no crime, três já morreram. Carlos Eduardo e o ex-policial Flávio dos Santos Pereira foram executados e desovados, respectivamente, nas praias de Panaquatira e Boa Viagem. Uma terceira pessoa, André Inácio dos Santos Pereira, primo de Flávio Pereira, que não teria participado do crime, mas teria conhecimento da trama, ainda chegou a prestar depoimento, mas morreu atropelado. A última vítima é o ex-policial Silvío César de Jesus Pinheiro. Ele foi assassinado, ontem, (17), no bairro do Coroadinho.

MAR DE IRREGULARIDADES

INVESTIGAÇÃO DE CRIMES ELEITORAIS SERÁ CONCLUÍDA ATÉ DEZEMBRO

Ao menos cinco denúncias envolvem a ex-coligação "O Maranhão não pode parar", encabeçada pela governadora Roseana Sarney (PMDB), eleita no último dia 3 com 50,08% dos votos válidos

As denúncias de supostos crimes eleitorais que estão sendo investigadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Eleitoral devem ser concluídas até dezembro, informou ontem ao **Jornal Pequeno** a procuradora eleitoral Carolina da Hora Mesquita Höhn. "Vamos dar celeridade às investigações, mesmo nos casos mais complicados, como a suspeita de fraudes nas urnas biométricas de Paço do Lumiar e Raposa", disse a procuradora. O **JP** apurou que ao menos cinco denúncias envolvem a ex-coligação "O Maranhão não pode parar", encabeçada pela governadora Roseana Sarney Murad (PMDB), eleita no último dia 3 com 50,08% dos votos válidos (1.459.792). **PÁGINA 3**



Distribuição de combustível a roseanistas em São José de Ribamar e contas pagas em troca de votos (ao lado): crimes investigados

MAR DE IRREGULARIDADES

Investigação de crimes eleitorais será apurada até dezembro

Ao menos cinco denúncias envolvem a ex-coligação "O Maranhão não pode parar", encabeçada pela governadora Roseana Sarney (PMDB), eleita no último dia 3 com 50,08% dos votos válidos

POR OSWALDO VIVIANI

As denúncias de supostos crimes eleitorais que estão sendo investigadas pela Polícia Federal e pelo Ministério Público Eleitoral devem ser concluídas até dezembro, informou ontem ao **Jornal Pequeno** a procuradora eleitoral Carolina da Hora Mesquita Höhn. "Vamos dar celeridade às investigações, mesmo nos casos mais complicados, como a suspeita de fraudes nas urnas biométricas de Paço do Lumiar e Raposa", disse a procuradora. O **JP** apurou que ao menos cinco denúncias envolvem a ex-coligação "O Maranhão não pode parar", encabeçada pela governadora Roseana Sarney Murad (PMDB), eleita no último dia 3 com 50,08% dos votos válidos (1.459.792). Quatro têm a ver com abuso de poder político e/ou econômico: pagamento de contas, oferecimento de consultas médicas, fornecimento de combustível e facilitação para retirada de carteiras de trabalho – tudo em troca de votos. Uma refere-se a suspeita de fraude (em votação nas urnas biométricas).

Todas essas denúncias foram divulgadas pela imprensa, mas outras, que não chegaram à mídia, também estão sendo apuradas, segundo afirmou a procuradora Ana Carolina.

Alguns casos – Na manhã de 21 de setembro, a médica Silvana Teixeira foi presa pela Polícia Federal por suspeita de crime eleitoral. Segundo a PF, Silvana – mulher do ex-vereador ludovicense Deco Soares e prima de Roseana Sarney – estaria realizando consultas médicas gratuitas em troca de votos para os então candidatos Roseana Sarney (PMDB), Ricardo Murad (PMDB), Manoel Ribeiro (PTB) e Luciano Moreira (PMDB).

Roseana concorria ao governo do estado. Murad e Ribeiro a deputado estadual. Moreira tentava vaga na Câmara Federal. Todos foram eleitos.

A médica foi presa no local em que estaria sendo cometido o ilícito, uma casa simples localizada na Rua Tadeu Palácio, s/n, Conjunto Residencial Vitória (área do Recanto dos Vinhais). Outras duas mulheres também foram detidas pela PF: Maria de Jesus Monteiro Macedo, a "dona Dijé" (proprietária da casa), e Kátia Regina Alves

Mota (paciente que estava sendo atendida no momento da incursão policial).

Silvana e as duas mulheres foram soltas na noite do mesmo dia em que foram presas. O delegado federal Alex Raniere é o responsável pela investigação do caso. Roseana e Luciano Moreira negaram envolvimento com Silvana.

Também em 21 de setembro, o jornal carioca O Globo publicou matéria de autoria do repórter especial Evandro Éboli, informando que Roseana Sarney deu combustível a participantes de sua "carreata da vitória" em Codó, ocorrida no dia 19 do mesmo mês. "Motoqueiros recebiam 3 litros de gasolina, cada um, no Auto Posto Alencar, para engrassar a carreata de Roseana", descreveu o jornalista. A assessoria de Roseana Sarney negou ter financiado a gasolina dos motociclistas, e informou não autorizar qualquer aliado a adotar o procedimento.

Distribuição de combustível em troca de votos também teria acontecido em São José de Ribamar, no dia 1º de outubro. Um flagrante fotográfico mostra uma fila com dezenas de veículos, "plotados" com adesivos de Roseana, esperando para abastecer no Posto Araçagy, localizado na Rua Nova Orleans, 2. A ex-coligação "O povo é maior", que tinha à frente Jackson Lago, candidato pedetista ao governo, denunciou o fato à Procuradoria Eleitoral.

Ainda em 1º de outubro, o jornal Folha de S. Paulo publicou reportagem assinada pela repórter especial Elvira Lobato, informando que, em troca de votos, cabos eleitorais da ex-coligação roseanista estavam pagando transporte para jovens pobres com mais de 16 anos tirarem a carteira profissional.

A Justiça Eleitoral acaba-

ra de decidir que o eleitor poderia votar apenas com um documento com foto – a carteira profissional, entre outros. "No Maranhão, cabos eleitorais pagam o transporte para jovens de famílias de baixa renda tirarem a carteira de trabalho e fiquem aptos para a votação. A oferta pressupõe o compromisso de voto nos candidatos que bancam a viagem. A reportagem ouviu relatos dessa compra indireta de votos nos municípios de Cachoeira Grande e de Morros, a cerca de 100 quilômetros da capital maranhense. (...) A estudante Silmara Cruz, 18, contou que ela e a irmã Cecília, 19, tiraram carteira de trabalho dessa forma, na semana passada. Ela disse que viajou com mais sete jovens a Axixá, um município vizinho, para obter o documento, com passagem paga por pessoa ligada ao grupo de Roseana Sarney", informou a Folha.

Em 3 de outubro, dia da eleição, o **Jornal Pequeno** publicou reportagem informando que a Polícia Federal e o Ministério Público Eleitoral investigavam o pagamento de perto de 500 contas de água, luz e telefone de moradores de bairros pobres em troca de votos. Na semana seguinte, o **JP** revelou que um deputado roseanista, reeleito no recente pleito, poderia estar envolvido no suposto crime eleitoral. As contas, pagas numa lotérica do centro de São Luís, perfizeram um total de R\$ 28 mil. O **JP** teve acesso a fotos

e imagens das contas e verificou que moradores de pelo menos cinco bairros – Lira, Codozinho, Coreia, Retiro Natal e Rio dos Cachorros – foram beneficiados. Uma das contas era de uma entidade filantrópica – Associação Assistencial ao Menor Carente Livramento, com sede no Rio dos Cachorros (Rua Principal, 113).

Alguns dias após a eleição, o ex-candidato ao governo, Flávio Dino (PC do B), segundo colocado no pleito, com 856.402 votos (29,49%), comunicou ao MPE "possível irregularidade" em Paço do Lumiar e Raposa, onde foram usadas urnas biométricas. O MPE apura o caso. Usadas em 60 cidades, as urnas biométricas identificam eleitores por impressão digital.

Um estudo da área jurídica da ex-coligação de Dino (Muda Maranhão) apontou que as urnas de Raposa e Paço do Lumiar, mesmo sob sistema biométrico, foram provavelmente "emprenhadas".

O índice de abstenções baixíssimo (6,56% e 7,48%) destoa não só da taxa maranhense (23,9%) como da de outros municípios onde o sistema foi testado (entre 10% e 12% de abstenção). E ainda: nos dois municípios, autorizaram que 2.991 eleitores (6,3% do total) depositassem seu voto mesmo sem terem suas digitais reconhecidas. Roseana Sarney venceu em Paço, com 52,38% dos votos válidos, e em Raposa, com 51,71%.

PF e Corregedoria do TJ-MA investigam falsificação de documentos

No último fim de semana, o **JP** e a Folha de S. Paulo divulgaram que a PF e a Corregedoria do Tribunal de Justiça do Maranhão investigam, em cartórios do Maranhão, a falsificação de certidões de nascimento, usadas para obter títulos de eleitor em nome de quem não existe.

O corregedor do TJ, Antonio Guerreiro Júnior, informou a descoberta de 900 documentos de eleitores que não existem em Timbiras. A PF relatou ter encontrado, em devassa feita em julho no cartório de Timbiras, 1.434 certidões de nascimento falsificadas. O nú-

mero equivale a 7,78% dos 18.438 eleitores.

Guerreiro Júnior disse que pode pedir ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) o recadastramento de eleitores, devido às suspeitas, em alguns municípios do estado. Timbiras e Codó seriam dois deles.



Distribuição de combustível a roseanistas em Ribamar e contas pagas em troca de votos (detalhe): crimes investigados

Ações do Judiciário beneficiam 16 comarcas do polo de Imperatriz

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Jamil Gedeon, reuniu juízes de dezesseis comarcas do polo judicial de Imperatriz ontem para tratar do planejamento estratégico das ações do Poder Judiciário e apresentar os resultados dos investimentos feitos nas áreas administrativa, de informática e de recursos humanos no polo.

A reunião aconteceu no salão do júri do fórum da comarca-sede do polo, Imperatriz. Foram convidados para a reunião de trabalho juízes locais e das comarcas de Açailândia, Alto Parnaíba, Amarante, Arame, Balsas, Buriticupu, Carolina, Estreito, Grajaú, Itinga, João Lisboa, Montes Altos, Porto Franco, Senador La Roque e Tasso Fragoso.

Essas comarcas juntas foram responsáveis pela arrecadação de R\$ 4.957.282,30 de custas judiciais para o Fundo de Modernização e Reparcelamento do Poder Judiciário (Ferj) no ano passado. Os recursos são utilizados pelo TJMA para bancar os investimentos na melhoria das instalações prediais dos fóruns e na aquisição de equipamentos, móveis e materiais.

Na abertura dos trabalhos, o desembargador José Luiz Almeida disse estar certo de que a iniciativa de promover encontros

regionais para discutir a gestão com os juízes "trará excelentes dividendos para a Justiça estadual".

O presidente do TJMA apresentou números das ações. Informou aos juízes que as comarcas do polo foram beneficiadas com a nomeação de 98 novos servidores do total de 246 efetivados nas comarcas este ano. Para adquirir os bens e serviços necessários aos serviços forenses, foram iniciados 83 processos licitatórios tendo como objeto equipamentos e programas de informática. Foram entregues, ainda, aos juízes e servidores: 65 computadores, 26 impressoras e 61 no-breaks e 23 scanners para digitalização de documentos 54 estantes, 25 mesas, e aproximadamente 100 cadeiras.

Segundo Jamil Gedeon, diversas comarcas estão sendo contempladas com obras de reforma, adequação e construção. Já estão em fase de conclusão as reformas dos fóruns de Amarante, Montes Altos, Estreito e Carolina e de construção do Fórum de João Lisboa. Para a construção do Fórum de Alto Parnaíba já foi iniciada a licitação. Arame passa por serviços de manutenção predial e a licitação para a comarca de Buriticupu está marcada para o dia 25 de outubro.

Estado é condenado a indenizar paciente por infecção hospitalar

O governo do Estado do Maranhão e a Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar (Pró-Saúde) foram condenados a pagar a Aline Amália Cantanhede Almeida o valor de R\$ 50 mil, a título de indenização, por perdas e danos sofridos após infecção generalizada em decorrência de parto cesariana realizado na Maternidade Marly Sarney. O procedimento levou a paciente a perder o umbigo e o útero e ainda ficar estéril.

A condenação, sentenciada pelo juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública, foi mantida, unanimemente, durante sessão extraordinária da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão ontem.

O desembargador Gleones Cunha, relator do recurso, assim como o magistrado de 1º grau, entendeu que o hospital deve responder objetivamente pela ocorrência de infecção hospitalar,



Desembargador Gleones Cunha, relator do recurso

uma vez que a mesma foi proveniente da internação. A jurisprudência é a mesma já aplicada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).
"O valor de R\$ 50 mil é razoá-

vel para reparar os danos e serve de instrumento pedagógico ao Estado para que treine e oriente melhor os seus agentes, de maneira a evitar ocorrências semelhantes", destacou Cleones Cunha, em seu voto.

Cesariana – Em fevereiro de 2000, Amália foi internada na Maternidade Marly Sarney para se submeter a uma cesariana. Após três dias da realização da cirurgia, ela apresentou quadro de infecção generalizada, tendo de ser internada em estado grave na UTI do Hospital Dutra, onde passou 45 dias ligada a aparelhos. Durante este período, a paciente fez hemodiálise, teve o umbigo e o útero retirados e ainda ficou estéril.

Um processo administrativo disciplinar foi instaurado, à época, para averiguar as responsabilidades. Neste, ficaram constatados o erro médico e a negligência, o que provocou os abalos moral e físico à paciente.

Estado e Pró-Saúde são condenados pela Justiça

O Governo do Estado do Maranhão e a Associação Beneficente de Assistência Social e Hospitalar (Pró-Saúde) foram condenados a pagar a Aline Amália Cantanhede Almeida o valor de R\$ 50 mil a título de indenização por perdas e danos sofridos após infecção generalizada em decorrência de parto cesariana realizado na Maternidade Marly Sarney. O procedimento levou a paciente a perder o umbigo e o útero e ainda ficar estéril.

A condenação, sentenciada pelo juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública, foi mantida, unanimemente, durante sessão extraordinária da 3ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Maranhão, ontem, 18, em São Luís.

O desembargador Cleones

Cunha, relator do recurso, assim como o magistrado de 1º grau, entendeu que o hospital deve responder objetivamente pela ocorrência de infecção hospitalar, uma vez que a mesma foi proveniente da internação. A jurisprudência é a mesma já aplicada pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

“O valor de R\$ 50 mil é razoável para reparar os danos e serve de instrumento pedagógico ao Estado para que treine e oriente melhor os seus agentes, de maneira a evitar ocorrências semelhantes”, destacou em seu voto Cunha.

CESARIANA

Em fevereiro de 2000, Amália foi internada na Maternidade Marly Sarney para se submeter a uma ce-

sariana. Após três dias da realização da cirurgia, apresentou quadro de infecção generalizada, tendo que ser internada em estado grave na UTI do Hospital Dutra, onde passou 45 dias ligada a aparelhos. Durante este período, a paciente fez hemodiálise, teve o umbigo e o útero retirados e ainda ficou estéril.

Um processo administrativo disciplinar foi instaurado à época para averiguar as responsabilidades. Neste, ficaram constatados o erro médico e a negligência, o que provocou os abalos moral e físico à paciente.



Cleones Cunha relatou o processo que condenou o Estado do Maranhão por negligência

Corregedoria e OAB discutem melhorias de Juizados Especiais

A coordenadora do Conselho de Supervisão dos Juizados Especiais, juíza Francisca Galiza, recebeu na Corregedoria Geral da Justiça integrantes da Comissão de Acompanhamento de Juizados Especiais (CAJE) da OAB-MA. Na pauta, a visita que os advogados fizeram a juizados de São Luís.

Um dos assuntos em destaque foi a reforma do 4º Juizado Especial Cível, que fica no CSU da Cohab. Os advogados Willington Marcos Ferreira e Cristiane Gonçalves Versiani falaram sobre as dificuldades encontradas naquele juizado, que passa por reforma completa na sua estrutura.

REFORMAS

A visita da CAJE ao juizado da Cohab foi acompanhada pelo secretário judicial Sérgio Bernardo Lima Neto, que destacou a necessidade de reforma nas instalações. Dessa forma, o atendimento foi remanejado para o auditório do prédio, de forma temporária.

De acordo com os advogados, no 13º Juizado Especial Cível e das Relações de Consumo, no Maracanã, falta um oficial de justiça e mais funcionários, como também falta um oficial de justiça no 4º Juizado Cível e das Relações de Consumo, na Cohab.

Queima de arquivo no caso Bertim

O ex-policia militar Silvio César de Jesus Pinheiro, 37 anos, foi assassinado a tiros no domingo, 17, no bairro do Coroadinho, subúrbio de São Luís. Segundo informações de testemunhas, ele estava em um campo de futebol quando foi surpreendido, por volta das 14h, por dois homens em uma moto. Um deles disparou vários tiros contra o ex-policia, que morreu no local.

A polícia trabalha com a hipótese de queima de arquivo, pois a vítima estaria envolvida na morte do prefeito de Presidente Vargas, Raimundo Bartolomeu Aguiar, o Bertim. O crime aconteceu no dia 6 de março de 2007, por volta das 23h, na BR-222, entre os povoados Cigana e Leite, em Itapecuru-Mirim.

Silvio César foi citado no inquérito policial reaberto durante a gestão do secretário de Estado da Segurança, Raimundo Cutrim. O ex-policia, ainda, chegou a ser preso, mas foi liberado pela Justiça. Silvio César morava na rua do Progresso, nº 15, no bairro do Coroadinho.

COMO FOI

Antônio de Jesus Sousa Gomes, o Louro, também, acusado de participar do assassinato do prefeito Bertim, foi preso e liberado no dia 27 de abril deste ano, por determinação do juiz Rômulo Lago, da 2ª Vara da Comarca de Itapecuru-Mirim.

Durante depoimento à polícia, Louro narrou detalhes do crime. Disse que no dia do crime dirigia o Gol branco, com o cabo Paulo Sérgio. O ex-policia Silvio Pinheiro, Flávio dos Santos Pereira e Carlos Eduardo seguiram o carro do então prefeito Raimundo Bartolomeu Aguiar desde o retorno do Tirirical até Entroncamento, que dá acesso a Itapecuru-Mirim.

Contou, ainda, que o prefeito estacionou o carro e desceu para fazer um lanche com Pedro Pote, tendo ele e os comparsas ficado à espera. Quando o prefeito seguiu viagem, foi novamente monitorado. Em determinado ponto, no povoado Leite, o bando acionou do carro os faróis e pediu ultrapassagem. Com os carros já emparelhados, o cabo Paulo Sérgio dos Santos começou a disparar, tendo o carro do prefeito perdido o controle.

O grupo desceu do carro e atirou novamente no prefeito, ferindo também o secretário. Segundo o depoimento de Louro, o cabo Paulo Sérgio foi quem deu o tiro que matou Bertim. O policia teria dito "fizemos os dois", referindo-se ao assassinato das vítimas. Após o crime, o Gol usado na execução foi deixado na Churrascaria Africanos.

Conforme o depoimento de Louro, a morte de Bertim teria custado R\$ 50 mil, valor a ser dividido entre cinco pessoas. O homem identificado como Raimundo, se-

gundo ele, que está foragido, seria o mandante do assassinato do prefeito. A motivação do crime seria uma dívida de Bertim com Raimundo.

TRÊS JÁ FORAM

Das pessoas envolvidas no crime, três já morreram. Carlos Eduardo e o ex-policia Flávio dos Santos Pereira foram executados e desovados, respectivamente, nas praias de Panaquatira e Boa Viagem. Uma terceira pessoa, André Inácio dos Santos Pereira, primo de Flávio Pereira, que não teria participado do crime, mas teria conhecimento da trama, ainda chegou a prestar depoimento, mas morreu atropelado. A última vítima é o ex-policia Silvio César de Jesus Pinheiro.

DENUNCIADOS

Na época do crime, foram denunciados pelo Ministério Público, por meio do promotor Benedito Coroba, como envolvidos no assassinato, os policiais militares José Evangelista Duarte Santos, Raimundo Nonato Gomes Salgado e Benedito Manoel Martins Serrão. Pedro Pote, que sobreviveu, reconheceu os militares José Evangelista e Manoel Serrão como executores.